

BRASIL IMPÉRIO: ESTADO DA ARTE EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – HISTEDBR – Estudo dos intelectuais¹.

Maria Cristina Gomes Machado².

A história da educação nos últimos anos vem se constituindo como campo disciplinar, contudo seu objeto mantém estreita relação com a história, exigindo o esforço de articulação entre o objeto focado – educacional – e a totalidade de relações a ele relacionadas. Para facilitar o debate entre as diversas áreas, a definição de parâmetros comuns se faz necessária. Neste sentido, adotou-se, para o levantamento aqui proposto, o período dado pelos marcos consagrados pela história brasileira, assim circunscreve-se como objeto os estudos referentes ao período imperial. Este tem como início o ano de 1822, com a Independência do Brasil, e encerra-se no ano de 1889, com a Proclamação da República³.

Desta forma, o levantamento está sujeito a críticas, a construção e desconstrução⁴; sem a pretensão de fazer uma análise aprofundada, observam-se apenas as temáticas, as fontes, os recortes adotados, entre outros. Como muitos resumos nem sempre podem ser catalogados pelas temáticas propostas em cada congresso, variando de evento a evento, optou-se por não organizar a análise a partir dos diferentes eixos temáticos. Embora conscientes da precariedade das afirmações apontadas neste texto, é preciso ousar nas proposições buscando “olhar” para o que o grupo Nacional de Estudos e Pesquisas **“História, Sociedade e Educação no Brasil”** (HISTEDBR), vem produzindo nas últimas duas décadas. Para tanto, tomei como objeto de estudo os cadernos de resumos e CDrom que agrupam os trabalhos apresentados nos vários encontros do grupo, sejam nos

¹ Este texto resultou de um texto encomendado pelo Grupo HISTEDBR e apresentado em mesa-redonda na Faculdade de Educação, na UNICAMP em 30 de abril de 2005.

² Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá. Atual coordenadora do GT Maringá - Grupo HISTEDBR e pesquisadora do Grupo de Pesquisa História, Estado e Educação.

³ Fausto (2003) divide o período imperial em três: O Primeiro Reinado (1822-1831); A Regência (1831-1840) e o Segundo Reinado (1840-1889).

⁴ A tentativa de analisar, organizar, levantar a produção do grupo, de antemão, revela a fragilidade do intento. Muitos trabalhos não cabem nas “gavetas” pré-determinadas, o que implica que muita “roupa” ficará de fora. Quiçá por dificuldade de colocá-las nas “gavetas”, quiçá por esquecimento e nunca com o propósito de ignorar a “cor, o modelo ou o corte”, simplesmente porque não está do gosto do freguês.

Seminários Nacionais (Campinas, 1991; Campinas, 1992; Campinas, 1995; Campinas, 1999; Campinas, 2001; Aracaju, 2003) e nas Jornadas (Salvador, 2002; Ponta Grossa e Curitiba, 2002; Americana, 2003; Maringá, 2004).

No projeto do grupo “Reconstrução histórica da Escola Pública no Brasil”, Lombardi e Saviani (2000, p. 15) afirmavam:

De um modo geral observou-se que os Grupos de trabalho estaduais ou regionais vêm afinando o exame das fontes segundo recorte temáticos emergindo, daí, alguns temas comuns tais como educação e partidos políticos, escola pública e o estudo da escola nos séculos XIX e XX. Há indicações, porém, de que os temas predominantes giram em torno da escola pública estudada sob os aspectos das relações entre modernidade e educação e das relações entre oralidade e escrita. Do ponto de vista metodológico detecta-se uma multiplicidade de leituras com predominância da concepção dialética da história e a emergência de outras modalidades metodológicas ligadas à chamada “história nova”.

Cinco anos depois, verifica-se a permanência da multiplicidade teórica do grupo, seguida de uma crescente preocupação com a realização de pesquisas com sólida base teórico-metodológica que se afasta do simples levantamento de fontes, necessário num primeiro momento, bem como da sua catalogação e disponibilização. Contudo, essa disponibilização é fundamental para permitir o acesso a essas fontes pelos pesquisadores, dirigindo-se para a análise do material colhido em função do objeto de pesquisa de cada trabalho. Assim, o pesquisador se torna mais criterioso no levantamento. O mérito do grupo é permitir o debate sobre a metodologia adotada no trato das diferentes fontes historiográficas, exigindo pesquisas de qualidade.

Para facilitar a exposição dos resultados alcançados com esse levantamento precário do “estado da arte” das pesquisas relativas ao Império, o texto está organizado em três partes. Na primeira parte, apresentam-se algumas questões sobre a historiografia da educação; posteriormente apontam-se as contribuições do HISTEDBR relativas à História da Educação no Império. Para finalizar, toma-se como foco de discussão o estudo dos intelectuais e educação.

1) Historiografia da educação: algumas questões para o debate

Nos anos de 1990, a área de História da Educação começa a se preocupar em identificar as questões mais recorrentes nas pesquisas realizadas. Miriam Warde (1990), no artigo "O papel da pesquisa na Pós-Graduação em Educação", ao analisar a produção discente ligada aos cursos de educação constata nas dissertações examinadas algumas questões como: o crescimento da incidência sobre recortes temáticos minúsculos; o privilegiamento de aspectos particulares da educação; a reincidência sobre tópicos referentes à educação escolar; a predominância de recortes que incidem sobre a conjuntura presente; e, finalmente, que os estudos historiográficos estavam diminuindo cada vez mais. Esta afirmava, ainda, ao levantar os temas mais frequentes, entre 1978 e 1983, a presença da tendência a adotar o recorte temático que enfatizava a educação, principalmente, a educação escolar brasileira, mostrando a preocupação com a melhoria da qualidade de ensino. Como questão colocava a busca pela **especificidade** da educação, ao mesmo tempo em que se abandonavam os marcos delimitadores dos campos teóricos, não apresentando um método construidor do objeto e guia da interpretação. Isto levou a um "estreitamento dos temas e a lassidão do método".

Este debate, a partir da década de 1990, produziu uma literatura que busca refletir sobre a historiografia da educação, voltando para o estudo de fontes, temas e métodos utilizados. Lombardi (2000, p. 08), no texto "História educacional brasileira e os fundamentos teórico-metodológicos da história", ao referir-se ao debate historiográfico educacional brasileiro escreveu:

Apesar da longevidade do debate historiográfico e epistemológico na história, ele é muito recente na história e na historiografia educacional no Brasil. Cronologicamente, surgiu com os estudos sobre a produção no campo da educação, tendo dupla estimulação. Por um lado, emergiu no embalo da complexificação da pesquisa educacional no Brasil, resultante da criação e consolidação dos programas de pós-graduação; por outro, resulta da organização (ou re-articulação), em âmbito nacional, de associações e instituições de pesquisa em educação. Isso pode ser inferido através de uma revisão bibliográfica sobre o que foi produzido no âmbito da historiografia da educação, pela qual se chega às seguintes conclusões preliminares: tal produção é realmente muito recente e é muito pequena a quantidade de trabalhos produzidos. Contudo, esta questão ainda constitui-se objeto de investigação.

Essa constatação de Lombardi (2000)⁵ mostra que a afirmação de Warde (1990) sobre a existência de trabalhos historiográficos se mantém apesar de separados em uma década. Denota-se um crescimento dos estudos da área de História da Educação. Isto permite a inauguração de diversos espaços para o intercâmbio das produções como o GT de História da Educação da ANPED, criado em 1984, o Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, criado em 1986, bem como a Sociedade Brasileira de História da Educação, reunindo seus associados pela primeira vez no I Congresso Brasileiro de História da Educação (ICBHE), em 2000⁶. Com esta Sociedade agruparam-se os pesquisadores envolvidos com os estudos históricos, incentivando os levantamentos sobre o “estado da arte” e sobre as questões teórico-metodológicas que subsidiavam estas pesquisas.

Recentemente, nos dias 16 e 17/08/2004, ocorreu o Seminário de Intercâmbio “A produção da pesquisa em história da educação no Brasil”, promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, GT de História da Educação, realizado na Faculdade de Educação – Auditório do PROPED da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Este seminário buscou discutir o levantamento dos trabalhos realizados em História da Educação no país, a tarefa foi encomendada para alguns pesquisadores que representavam diferentes regiões. Nas discussões durante o Seminário surgiu a necessidade de se analisar toda a produção levantada a partir de temas eleitos como objeto de estudo. Considero que o Grupo HISTEDBR contribui a este propósito ao organizar um evento como esse, delimitando as análises por períodos históricos consagrados pelos historiadores e pelos historiadores da educação. Contudo, essa empreitada terá sucesso se estiver relacionada à produção educacional brasileira em sua totalidade, a partir de trabalhos, individuais ou coletivos, que tenham como foco analisar as pesquisas que se colocam no campo da área de História da Educação no Brasil,

⁵ Lombardi (2000, p. 08-09) por ordem cronológica citou os seguintes estudiosos envolvidos com essa problemática: Maria Luísa Santos Ribeiro (1878); Gilberto Luís Alves (1981); Miriam Jorge Warde (1984); Eliane Marta Teixeira Lopes (1986); Miriam Jorge Warde (1990); Paulo Ghiraldelli Júnior (1990); José Claudinei Lombardi (1993); Luiz Carlos Barreira (1995); Bruno Bontempi Júnior (1995); Clarice Nunes (1996); Nedina Stein (1998).

⁶ Vale citar também a Associação Sul-Rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação/ASPHE (Criada em 1995), bem como os diversos congressos e reuniões que sistematicamente vêm reunindo os historiadores da educação: Association Internationale pour l’Histoire de l’Education (ISCHE); Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação; Congressos Iberoamericano de História da Educação Latinoamericana; entre outros.

extrapolando ao trabalho do próprio grupo. Afirmação esta que não contém nenhuma novidade ao pressupor-se que, nenhum estudo pode ser realizado desvinculado de um contexto maior que o engendra, bem como a obrigatoriedade de se considerar as múltiplas determinações a ele vinculadas.

2) Contribuições do HISTEDBR relativas à História da Educação no Império

O Brasil, em 1822, emancipou-se politicamente de Portugal, constituindo-se como um Estado Nacional, adotando o regime monárquico. A tentativa de configuração institucional do país com a instalação de uma Assembléia Constituinte, em 1823, foi atropelada, neste mesmo ano, pelo golpe de Estado de 12 de novembro. D. Pedro I outorga assim, em 1824, a constituição do Império. Buarque de Holanda (1969, p.136) ao escrever sobre este período afirma que, apesar das mudanças políticas, a estrutura econômica tradicional se mantinha nas suas grandes linhas:

Os tímidos esforços para criar uma indústria nacional, que se revelaram na ação consciente de alguns homens da Independência e se manifestaram nas atividades da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, frustavam-se desde logo. A indústria pereceu no nascimento incapaz de fazer frente à invasão de produtos manufaturados europeus, principalmente os ingleses, favorecidos por tratados comerciais. Reafirmava-se a vocação colonial, o Brasil parecia fadado a fornecer à Europa matéria-primas e dela receber manufaturas.

Neste sentido, após a Independência intensificaram as críticas ao sistema escravista. Muitos autores iniciaram campanha contra a escravidão na década de 20 do século XIX, como Maciel da Costa, José Elói Pessoa da Silva e Burlamaque. Estes autores denunciavam os malefícios e inconvenientes desse sistema. Consideravam que o trabalho escravo dava rendimentos inferiores ao livre, inibia o processo de industrialização e aviltava a própria idéia de trabalho. Ela incentivava a vadiagem e indolência. Esse discurso contrastava com os de outros autores, como Azeredo Coutinho, que defendiam a necessidade da escravidão no Brasil (ALVES, 1993).

José Bonifácio, em 1825, defendia, no texto intitulado “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura”, que a abolição deveria ser realizada gradualmente:

Torno a dizer porém que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade cumpre fazê-los primeiramente dignos de liberdade: cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos.(BONIFÁCIO, s.d., p. 41)

Paralelo à discussão sobre a necessidade de abolir a escravidão, surgia a preocupação com a catequese de índios, na tentativa de “civilizar os índios bravos”. Ao mesmo tempo, a imigração e a colonização estrangeiras foram postas como solução para os problemas de mão-de-obra, primeiramente, para os engenhos de açúcar, depois para o trabalho agrícola com o crescimento do número de fazendas, na região sudeste, voltada ao cultivo do café. A agricultura adotada era de monocultura em grandes propriedades de terras, pois a Lei de Terras de 1850 impedia a venda de propriedades agrícolas em pequenos lotes. Em meados do século XIX, foram realizadas algumas experiências de colonização estrangeira que não tiveram sucesso, como a do Senador Vergueiro, em 1847, na Fazenda Ibicaba (DAVATZ, 1980).

Outra questão discutida enfaticamente durante o Império refere-se a centralização e descentralização do Governo Geral. O reinado de Dom Pedro I foi marcado por conturbadas crises internas, provocadas por crises financeiras, pela Conferência do Equador e por sentimentos anti-lusitanos. Dom Pedro I abdicou do trono a favor de seu filho com cinco anos, em 1831. Devido à minoridade de Dom Pedro II, o Brasil passou a ser regido por figuras políticas até a maioridade do imperador⁷. Contudo, este assumiria o trono em 1840, aos quatorze anos (FAUSTO, 2003).

No que se refere à educação pública nas primeiras décadas do Império, Moacyr (1936) afirma que durante a Constituinte de 1823, o deputado Padre José Martiniano de Alencar (Ceará) “[...] diz que não se pode duvidar que é grande o atrasamento em que nos achamos a respeito de educação e que é preciso aplicar-se meios de a promover.”(Apud. MOACYR, 1936, p. 91). Com a Reforma Januário Cunha Barbosa (1826), criou-se escolas de ensino primário e o Instituto Imperial do Brasil, a regulamentação sobre o ensino foi reforçada, ainda, com a Lei de 15 de outubro de 1827 que fundava escolas primárias em

⁷. Segundo Fausto (2003), esse período foi um dos mais agitados da história política do país, ele foi marcado pelas disputas pela unidade territorial, por discussões sobre a centralização e descentralização, pela autonomia das províncias, pela organização das forças armadas, ao lado das reformas constitucionais e revoltas provinciais (revoltas no norte e nordeste, - Cabanagem, Sabinada, Balaiada – e no sul – Farroupilhas).

todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. Durante o debate dessa Lei, alguns deputados lamentavam o atraso da educação brasileira e denunciavam o descaso dos pais pela educação, de maneira que, além da gratuidade do ensino, a obrigatoriedade se fazia necessária. Contudo, as escolas existentes demonstravam grandes problemas como falta de professores, de prédios adequados e de organização de um plano de instrução. Neste momento, vários projetos legislativos foram apresentados, como o do deputado Torres Homem, em 1847, (MOACYR, 1936, p. 250) mostrando a insuficiência das escolas - tanto pública quanto particular, estas estariam desorganizadas e sem direção. Outras ações foram tomadas com relação ao ensino secundário com a criação do Colégio Pedro II e a oferta de aulas avulsas públicas e particulares. Em nível superior se criou, com a Lei de 11 de agosto de 1827, dois cursos jurídicos, um em S. Paulo e outro em Olinda. Apesar dos discursos declararem importante as medidas referentes ao ensino, o Ato Adicional à Constituição do Império de 1834 determinou que o ensino primário ficava aos cuidados das Províncias, desobrigando o Estado Nacional de se responsabilizar por este nível de ensino, contudo as Províncias não estavam em condições de arcar com o ensino primário e pouco se realizou.

Em 1851 foi aprovada a reforma Couto Ferraz (Lei n. 630 de 17 de setembro). Em 1854, Couto Ferraz, ministro do Império, expediu o regulamento da Instrução primária e secundária no Município da Corte. Nesta lei, os escravos eram proibidos de frequentar as escolas públicas, o método adotado era o simultâneo. Este defendia a propagação das escolas públicas devido a importância civilizadora da instrução primária e a influência que exercia nos destinos de um povo.

Em meados do século XIX, intensificam-se as discussões sobre o fim da escravidão, esta recebeu “um tiro certo” com a lei de 1850 que proibia definitivamente o tráfico de escravos:

A questão da abolição tornou-se, após a Lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico negreiro, vital para a sociedade brasileira. Ela mostrava-se inevitável e ninguém mais a contestava abertamente; discordava-se, porém, na forma como ela se realizaria, pois se temia que ela trouxesse prejuízos à grande lavoura. Os debates parlamentares sobre esta questão foram ardorosos, a abolição foi realizada de forma gradual, iniciando-se pela aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que considerava livres todos os filhos de escravas nascidos a partir da data de sua aprovação.(MACHADO, 2004, p. 76)

Os escravos sexagenários foram declarados livres em 1884, contudo a abolição completa ocorreria, em 1888, como um dos golpes fatais que levaria à queda do Império. José de Alencar (1991), em 1868, discutia sobre a reduzida participação política do povo brasileiro, o voto censitário, a corrupção, a fraude e a ausência de partidos efetivos, demonstrando descontentamento com a forma de participação política adotada. A sociedade brasileira mobilizava-se, também, para a modernização capitalista, marcando o período imperial como de intensas transformações, neste ocorreu a expansão cafeeira no oeste paulista, iniciava-se a imigração em escala crescente, ocorreu a Guerra com o Paraguai, nasceu o Partido Republicano, ocorreram tensões entre o Estado e a Igreja, entre o Estado e os militares, presenciou-se o avanço dos ideais positivistas, entre outros que possibilitaram a Proclamação da República, em 1889.

José Liberato Barroso em “A Instrução Pública no Brasil” (2005), em 1867, realizou um importante estudo sobre a educação brasileira no qual apresentou um mapa sobre a situação do ensino no seu momento histórico, manifestando preocupação com as precárias condições do ensino primário. Neste contexto, após constatar-se a inexistência de escolas para ensinar a ler, escrever e contar, muitos foram os projetos de Reforma de ensino apresentado à Câmara dos Deputados após o ano de 1868 que previam a criação de escola para o povo:

Mediante um aditamento, organizado na secretaria da Câmara dos Deputados, contendo os projetos relativos à instrução pública e seus respectivos andamentos, pôde-se levantar o Projeto de Paulino José Soares de Souza (1870), o de Antônio Cândido Cunha Leitão (1873), o de João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874), o Decreto n. 7.247 de Leôncio de Carvalho (1879), os *Pareceres/Projeto* de Rui Barbosa (1882-1883), o Projeto de Almeida de Oliveira (1882 [...]) e o de Barão de Mamoré (1886 [...]). Estes projetos evidenciam a importância que os políticos proponentes atribuíam à educação, entendendo-a como fundamental para a sociedade nacional. Foram propostos assim sete projetos de reforma em menos de duas décadas sem que houvesse divergência no que se referia à urgência de implementação de seus respectivos projetos pelo Estado brasileiro, o qual deveria assumir os encargos financeiros para a oferta da instrução pública. Apesar da apresentação de tantos projetos, nenhum deles foi implementado, muitas vezes nem foram discutidos na Câmara dos Deputados. (MACHADO, 2005, p. 01)

Este panorama geral sobre as transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais do período do Império, sem a pretensão de esgotar as questões, aponta o

quanto este período é rico para o estudo por parte dos historiadores da educação. O Brasil não pode ser estudado sem sua estreita vinculação com o movimento do capital internacional, constituindo-se assim, uma das faces particulares de uma mesma moeda. O país, objeto particular, deve ser estudado nas relações que estabelece com o movimento universal de crise do capitalismo. Este força a sociedade brasileira à modernizar-se, criando mercado consumidor para absorver o excesso de produção industrial que reverbera em superprodução, contrastando com o desemprego e miséria da classe trabalhadora. Para conter esse turbilhão, prestes a abolir a propriedade privada e a apropriação individual do trabalho social dos assalariados, a imigração torna-se “força civilizadora” desejada pelo novo mundo.

Embora venha ocorrendo um sensível aumento das pesquisas referentes ao século XIX, seu número ainda é pequeno. Xavier (2000, p. 4) ao fazer um balanço dos trabalhos apresentados no “I Congresso Brasileiro de História da Educação” (ICBHE) mostra que ocorreu um aumento da quantidade de estudos que se voltam para o século XIX e o período que marca a passagem para o século XX. A autora avalia:

De uma maneira geral, os educadores estão interessados em compreender as especificidades da gênese e do desenvolvimento da escola pública, a partir do século XIX, observando como este modelo escolar articula-se ao processo de constituição da esfera pública em nosso país, de secularização da cultura e de progressiva especialização no campo educacional, consoante um projeto de construção da nacionalidade.

Assim, em âmbito nacional marca-se um crescimento dos estudos relativos ao século XIX, observa-se que a opção adotada para o recorte foi a temporal, privilegiando o século XIX como um todo, o que implicaria, dado o período aqui estabelecido, em algumas alterações. Esta tendência mantém continuidade no “II Congresso Brasileiro de História da Educação” (II CBHE), contudo Araújo (2002) identifica mudanças no que se refere à produção apresentada sobre este século. Ocorre uma variedade de recortes temporais numa perspectiva que abarca períodos mais curtos ou temporalidade relativamente média, enfatizando a fecundidade desse período devido à conjuntura política e a abundante documentação disponível, como manuais escolares e de civilidade; currículos; dos relatórios; das provas de concurso para professor público; dos mapas de matrícula e de frequência escolar; entre outras .

A catalogação dos trabalhos que tratam do Império esbarra nas **fronteiras tênues do tempo histórico** ou dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais que não permitem precisar seu início e o seu fim. Marca-se a riqueza desse momento para a criação das escolas para o povo, estatais, gratuitas, obrigatórias e laicas, bem como o período em que se reformam o ensino secundário e superior. Desta forma, ao analisar-se os trabalhos apresentados nos eventos do grupo e comum a tendência de tratar historicamente o objeto e, assim, **passar** pelo Império para explicar um fato recente, demonstrando historicamente como o objeto enfocado se apresentava. Observam-se, também, trabalhos que parte do estudo de uma instituição ou de um autor na transição do século XIX para o XX, permitindo análises de longa duração.

A tendência, devido aos próprios parâmetros das pesquisas na pós-graduação que exige prazos exíguos, tem forçado a adoção, agora com maior intensidade, de recortes minúsculos e abordagens mais descritivas, levando ao abandono das questões teórico-metodológicas. Neste sentido, o grupo, em parte, vem resistindo bravamente ao fomentar o debate sobre a necessidade do rigor acadêmico e o retorno aos clássicos, ao mesmo tempo, privilegiando fontes primárias.

O acesso a essas fontes tem sido socializado no interior do grupo, estas são disponibilizadas por meios eletrônicos, facilitando e acelerando o tempo de pesquisa necessário. Contudo, dada a sua diversidade, o levantamento deve continuar, mas este deve acontecer no interior das pesquisas individuais ou de grupos de forma a valorizar o material levantado. Não é suficiente localizar a fonte, contudo é preciso problematizá-la.

O quadro abaixo demonstra o número de trabalhos selecionados como referentes ao Império, observa-se uma variação da quantidade, reduzindo drasticamente nos eventos em que se reuniu menor número de pesquisadores. A menor representatividade, 4,65%, considerando os trabalhos apresentados, ocorreu em 95, aumentando consideravelmente, em 1999, quando se alcançou maior representatividade, 21,85%. Percebe-se, também, que nos anos subsequentes estabiliza-se o número de trabalhos, mantendo-se a média de 12,25%, como pode ser observado na tabela abaixo. Tal como se pode constatar quanto aos estudos do período colonial, faz-se necessário um incremento de pesquisas relativas ao século XIX.

QUADRO 1. Trabalhos apresentados referentes ao Império

Evento	Total de trabalhos	Trabalhos selecionados	%
III Seminário – 1995	86	4	4,65%
IV Seminário – 1999	119	26	21,85%
V Seminário – 2001	172	23	13,37%
VI Seminário – 2003	148	21	14,19%
I Jornada – 2002	36	5	13,89%
II Jornada – 2002	130	14	10,77%
III Jornada – 2003	66	4	6,06%
IV Jornada – 2004	219	34	15,53%

No geral, nesses trabalhos, levando-se em conta a leitura dos resumos, são privilegiadas questões relacionadas à história regional, à legislação educacional, às instituições educacionais e escolares, aos componentes curriculares e às idéias pedagógicas. Outras temáticas são tratadas com menor incidência, contudo explicita-se a preocupação com as fontes tradicionais e novas fontes, como literatura e imprensa.

3) Notas sobre o estudo dos intelectuais e educação

Warde, ao levantar 155 títulos de 1970 a 1984, no artigo “**Anotações para uma história da educação brasileira**” (1984), verificou quanto à periodização que o objeto de pesquisa delimitava o recorte temporal, contudo, em sua maioria, as periodizações eram dadas pelos marcos consagrados. Revelava, também, uma incidência maior nos trabalhos referentes ao período Republicano, chegando ao índice de 80%, voltavam-se em particular à 1ª República e a Era de Vargas. Estes trabalhos tratavam da organização escolar, da legislação do ensino e da "disparidade" entre uma e outra.

Com relação ao Império, os estudos tendiam a lamentar a desconsideração pelo ensino elementar e o fato de não existirem universidades no Brasil, nesse período. Como uma das tendências dos trabalhos produzidos, destacou que se buscava fazer um exame do pensamento de intelectuais que influenciaram a educação, a partir de uma leitura interna do texto sem relacioná-lo às condições concretas no qual foram gerados. Ou ainda, procedia-se a um exame do pensamento buscando fazer a contextualização político-ideológica. Neste

caso, adotar-se-ia um tratamento setorizado ao colocar determinações concretas de um lado e a educação de outro, fazendo metodologicamente uma simples adição. Assim escreveu:

[...] o que marca é o exame de pensamento de intelectuais de maior ou menor envergadura no campo da educação; exame interno ao pensamento do autor escolhido sem qualquer ou pouca referência à relação concreta entre esse pensamento e as condições nas quais ele foi criado. Comumente, a relação é feita entre esse pensamento e um modelo desse pensamento pedagógico (abstrato ou buscado em matrizes européias e norte-americanas. (WARDE, 1984, p. 3)

Observa-se, contudo, que o estudo de intelectuais tem sido pouco freqüente ao denotar-se o crescimento da busca por novos objetos. Os autores de diferentes períodos históricos são enfocados sem constituírem-se em objeto de pesquisa

Na análise de Xavier (2000), dos 231 trabalhos apresentados no I CBHE, 40 resumos foram inscritos no eixo temático **Pensamento Educacional**, o segundo eixo com maior número de trabalhos, representando assim, 17,32% do total dos trabalhos aceitos. Estes trabalhos privilegiam o estudo da trajetória de intelectuais que desempenharam importante papel no Brasil e em algumas regiões desse país. Procuram apresentar “[...] o ideário por eles disseminado, articulando pensamento e ação em trajetórias individuais, porém, operando a partir e por meio destas, a reconstituição do contexto histórico mais amplo”. (XAVIER, 2000, p. 6)

No II CBHE a temática relativa ao anterior Pensamento Educacional foi denominada de **Intelectuais e Memória da Educação Brasileira**, foram aceitos 93 trabalhos. Este evento contou com a apresentação de 428 no total. A porcentagem de trabalhos inscritos no eixo temático acima citado é de 21, 73% (ARAÚJO, 2002, p. 1). É importante observar-se que os integrantes do HISTEDBR são filiados à Sociedade Brasileira de História da Educação.

Alguns autores, embora não sejam do período do Império, tem sido estudado no interior do Grupo HISTEDBR nos seminários nacionais.⁸ como Benjamin Constant,

⁸ Como exemplo podemos citar o trabalho de Vânia Gico, intitulado “O processo criativo na obra de Câmara Cascudo” apresentado no **IV Seminário do Grupo** (LOMBARDI, 1999). Esta mesma autora apresentou outro trabalho no **V Seminário** (LOMBARDI et al). Sob o título “Câmara Cascudo: cartas como fonte de pesquisa”. Ainda neste Seminário foi apresentado o trabalho de Paulino José Orso, “O surgimento tardio da universidade brasileira segundo a ótica de Roque Spencer Maciel de Barros”. No **VI Seminário** foram apresentados os trabalhos de Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão, “Florestan Fernandes e a defesa da

Câmara Cascudo, Roque Spencer Maciel de Barros, Florestan Fernandes e John Dewey. Nas jornadas⁹ pode-se citar os estudos sobre Benjamin Constant, Álvaro Vieira Pinto, João Toledo, John Dewey, Primitivo Moacyr, Florestan Fernandes, Erasmo Pilotto, Paschoal Lemme, Carneiro Leão, Anísio Teixeira e Alceu Amoroso Lima. Juntamente com esses autores nacionais, muitos autores são tomados como objetos de pesquisa. São estes os autores estrangeiros citados: Charles Darwin; Thomas H. Huxley; Montessori; Claparede; Pestalozzi e Froebel.

No sentido de levantar os autores do período imperial citados como objeto de pesquisa encontrou-se os autores brasileiros: Rui Barbosa (1849-1923), Castriciano, José Veríssimo, Benjamin Constant; José Bonifácio; João Ribeiro; Miguel do Sacramento Lopes da Gama, Frei Caneca, Sud Mennucci, Paulino de Souza; Zacarias de Góis e Vasconcelos, Irineu Evangelista de Souza (Visconde de Mauá), Luis Couty; Hipólito José da Costa, João Francisco Lisboa, Pe Camillo Passacqua, João Rodrigues de Brito. (Anexo I e II)

Os estudos usam os autores para mostrar idéias relativas a uma questão específica, não se constituindo estudos exaustivos da obra de um autor. Assim, sem querer ser repetitiva, faço menção à exposição de Alves (2005), no qual afirmou a necessidade de investigações aprofundadas sobre intelectuais que discutiram as questões educacionais,

escola pública nos anos 80”, bem como o de Claudemir Galiani e Maria Cristina Gomes Machado, intitulado “Algumas reflexões com base na concepção de educação e democracia de John Dewey”.

⁹ Na **I Jornada** foram apresentados os seguintes estudos: João Carlos da Silva, “Benjamin Constant e a constituição da escola pública no Brasil”; José Carlos Souza Araújo e Carlos Henrique de Carvalho, “Trajetória de um educador republicano positivista em Uberlândia – MG”, Honório Guimarães. Na **II Jornada**: Sheinah Eléine Wischarl Simionato Correia e Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen, intitulado “Álvaro Vieira Pinto e o movimento de reforma universitária na década de 1960 no Brasil”; Paulo Edyr Bueno de Camargo, “A obra teórico-prática do educador paulista João Toledo (décadas 1920 e 1930): escola nova ou escola tradicional?”; Claudemir Galiani e Maria Cristina Gomes Machado, “As contribuições de John Dewey em vida e educação”; Analete Regina Schelbauer e Lourdes Margareth Calvi, “Moacyr Primitivo e a instrução pública: Império e República”. Na **IV Jornada** encontram-se os trabalhos relacionados: 1. Amilton Costa e Maria Rosemary C. C. Sheen “A lei 4.024/61 no olhar de um sociólogo: Florestan Fernandes”; 2. Aparecida Vânia Petrini de Barros e Maria Cristina Gomes Machado, “Rui Barbosa e a modernização da sociedade brasileira na campanha política de 1919”; 3. Antônio Marques do Vale, Florinda Santos, Irene da Silva Fonseca dos Santos e Janete Aparecida B. L. dos Santos, “História da Educação: Erasmo Pilotto e a educação rural no Paraná”; 4. Claudemir Galiani e Maria Cristina Gomes Machado, “ “Aprender Fazendo” e “Aprender Sentindo”: uma análise da proposta educacional da Dewey”; 5. Débora Boaventura Sá Bevilacqua e Maria Cristina Gomes Machado, “As propostas educacionais de Rui Barbosa na plataforma política de 1910”; 6. Eloá Soares Dutra Kastelic e Maria Cristina Gomes Machado, “Paschoal Lemme e o ensino profissional: a primeira conferência mundial de educadores em Viena e educação na Rússia”; 7. Irizelda Martins de Souza e Silva, Kiyomi Hirose, Luci Frare Kira e Maria Aparecida Cecílio, “A universidade: o olhar de Álvaro Vieira Pinto”; 8. Josie Agatha Parrilha Silva e Maria Cristina Gomes Machado, “Reflexões sobre o ensino superior: a posição de Carneiro Leão”; 9. Renato Stencel, “Análise do impacto das idéias deweyanas em Anísio Teixeira e seus reflexos sobre a educação brasileira”; 10. Paulo Edyr Bueno de Camargo, “A presença do nacional-ruralismo no pensamento católico de Alceu Amoroso Lima: conservadorismo ou reacionarismo?”.

buscando “revelar de forma mais plena e clara o papel que atribuíram à educação para a conformação social e para a realização das plataformas políticas que pleitearam.”

Para que um levantamento seja rico é importante que ele se realize a partir de um objeto pesquisado. Quando se pretende fazer a revisão histórica levando dados muitos diversificados torna-se difícil fazer comparações. Assim, uma revisão historiográfica tem maior sentido quando realizada a partir do tratamento dado a um objetivo específico. Muitos intelectuais como os citados anteriormente foram objetos de investigação de estudos anteriores. A contribuição do HISTEDBR pode ser significativa se estimular para que os pesquisadores ligados ao grupo procurem aprofundar o estudo do “estado da arte” dos autores e temáticas tomados como foco de investigação.

Alves (1993) e Machado (2002) ao estudar Azeredo Coutinho, anterior ao período delimitado, e Rui Barbosa, respectivamente, apresentam as abordagens realizadas sobre esses autores, marcando o distanciamento tomado em suas análises. Neste sentido, o grupo HISTEDBR pode por meio das temáticas levantadas ampliar a análise crítica dos estudos realizados e sistematizar as pesquisas que compõem a área de história da educação, em processo de consolidação e reconhecimento do campo teórico educacional brasileiro. Esses levantamentos devem ser reunidos para compor um quadro amplo dos estudos realizados na área.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Dois escritos democráticos de José de Alencar: Sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral 1874.** (Organizado por Wanderley Guilherme dos Santos). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800 –1836.** Ibitinga: Humanidades, 1993.

ARAÚJO, Marta Maria de. **O cultivo de uma historiografia engajada com a história e memória da educação brasileira.** Natal, UFRN, 2002. mimeo. (www.sbhe.br)

BASTOS, M.H.C; BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; CUNHA, Maria Teresa Santos. **Uma cartografia da pesquisa em História da Educação na Região Sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (1980-2000)**. Pelotas: Publicações Seiva, 2004.

BARREIRA, Luiz Carlos. **História e Historiografia: as escritas recentes da História da Educação Brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1995. Tese (Doutorado)

BARROSO, José Liberato. **A instrução pública no Brasil**. Pelotas: Seiva, 2005. (Tambara, Elomar e Arrida, Eduardo – Orgs.)

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico. Tomo II, 3º Volume: Reações e Transações. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1969.

CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação brasileira e a sua periodização. **Revista Brasileira de História da Educação**. SBHE, n. 2, jul/dez. 2001, pp. 137-152.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil: 1850**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FIGUEREDO, Acácio Nascimento et al. (Orgs); Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. **Caderno de Resumos- A História da Escola Pública no Brasil- VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. 10 a 14 de novembro de 2003. Aracajú: Universidade Federal de Sergipe -HISTEDBR, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei (Org); Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. **Anais do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. 15 a 17 de novembro de 1995. Campinas: UNICAMP-FAE-HISTEDBR, 1996.

_____. **Pesquisa em Educação**. História, Filosofia e Temas Transversais. Campinas: Editora Autores Associados, 2000.

_____. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade E Educação No Brasil" . **Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”** O debate teórico-metodológico da história e

a pesquisa educacional. 14 a 19 de dezembro de 1997. Campinas: UNICAMP-FAE-HISTEDBR, 1997.

_____. LOMBARDI, José Claudinei (Org.). Pesquisa em Educação. História, Filosofia e Temas Transversais. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1999.

_____; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

_____; SAVIANI (Orgs). Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade E Educação No Brasil". **Anais da II Jornada do HISTEDBR (Região Sul)** -“A Produção em História da Educação na Região Sul do Brasil”. 8 a 11 de outubro de 2002. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2002.

_____ (Org). **Anais da I Jornada do HISTEDBR (Região Nordeste)**, "História da Escola Pública no Brasil", 09 a 12 de julho de 2002. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2002.

_____. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade E Educação No Brasil". **Programas e resumos dos trabalhos do V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, “Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação”. 20 a 24 de agosto de 2001. Campinas: UNICAMP-FAE-HISTEDBR, 2001.

_____. **Anais da III Jornada do HISTEDBR (Região Sudeste)**,“o Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas”. 22 a 25 de abril de 2003. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2003.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; SCHELBAUER, Analete Regina. **Caderno de Resumos da IV Jornada do HISTEDBR**, “História e Historiografia da Educação: abordagens e práticas educativas”. 5 a 7 de julho de 2004. Maringá: Graf. Bertoni, 2004.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação**: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

_____. Fontes e história das instituições escolares: o projeto educacional de Rui Barbosa no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX . In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **História e memórias da educação no Brasil**. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOACIR, Primitivo. **A Instrução e o Império**. (subsídios para a História da Educação no Brasil) 1823-1853, 1º volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Série 5ª Brasileira da Biblioteca Pedagógica Brasileira)

NAGLE, Jorge. História da Educação Brasileira: problemas atuais. **Em Aberto**. Brasília, ano 3, nº23, p.23-29, set/out. 1984.

SANFELICE, J.L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Org.) **História da Educação. Perspectivas para um Intercâmbio Internacional**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1999.

SBHE. **História e História da Educação. O debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D; LOMBARDI, J.; SANFELICE, J. (Org.) **História e História da Educação. O debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 1998.

WARDE, Míriam. Contribuições da História para a Educação. **Em Aberto**. Brasília, v.9, nº47, p.3-11, jul/set. 1990.

_____. Anotações para uma Historiografia da Educação Brasileira. **Em Aberto**. Brasília, ano 3, n.23, p.1-6, set/out. 1984.

XAVIER, Libânea Nacif. **Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000)**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000. mimeo. (www.sbhe.br)

ANEXO 1

SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR – SELEÇÃO DE TRABALHOS RELATIVOS À EDUCAÇÃO NO IMPÉRIO

O I Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “**História, Sociedade e Educação no Brasil**” foi realizado em duas etapas, entre os dias 6 a 10 de maio e 09 a 13 de setembro de 1991. Este teve como tema “**Perspectivas metodológicas da investigação em História da Educação**”. Não houve publicação das atividades desenvolvidas.

O II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “**História, Sociedade e Educação no Brasil**”, aconteceu entre 06 a 10 de abril de 1992, com o tema “**Fontes Primárias e Secundárias em História da Educação Brasileira**”. Também não houve publicação dos trabalhos apresentados.

1.1. Anais do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - 15 a 17 de novembro de 1995 (LOMBARDI, 1996).

Guaraciaba Aparecida Tullio	José Veríssimo e a educação nacional (Levantamento e Catalogação de Fontes)
Maria Inês Sucupira Stamatto	Uma experiência histórica: A descentralização do ensino no Brasil Imperial
Rosa Aparecida Pinheiro	O limiar do século XIX: A obra de Castriciano (A Educação e o “Espírito Moderno”)
Maria Teresa Penteado Cartolano	Museus escolares, Pedagogium, Lições de Coisas: Prenúncios da mentalidade científica na educação brasileira no final do século XIX

Número de trabalhos apresentados: 86

Número de trabalhos voltados para Educação no Império: 4 (4,65 %)

1.2. Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - 15 a 17 de novembro de 1999, com a temática “O debate teórico-metodológico da história e a pesquisa educacional”(LOMBARDI, 1999). Este foi publicado na forma de CDrom.

Ana Maria Moura Lins	Educação em Alagoas: das aulas avulsas à fundação das primeiras instituições educacionais (1835 -1889): O papel da assembleia provincial
Ana Maria Moura Lins	A Carta de Lei de 15 de outubro de 1827: regulamentação para educação brasileira - medidas modernas para uma sociedade feudal-escravocrata
Anaete Regina Schelbauer	Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914: um estudo com fontes primárias
Celina Midori Murasse	Liceu de Artes e Ofícios: uma explicação histórica
Circe Mary Silva da Silva	Os positivistas gaúchos e o ensino da matemática
Ediôgenes Aragão	Raça, educação e trabalho: o papel da instrução pública na construção da nação (1850-1920)
Elizabeth Madureira Siqueira	Educação em Mato Grosso - memória e história
Fábia Liliã Luciano Carminati	A economia como um dos elementos explicativos da gênese do magistério na província de Santa Catarina: uma abordagem histórica de 1835 - 1889.
Geralda Botelho Costa	Uma panorâmica das transformações na concepção de alfabetização e origem da escola normal de Campinas no contexto Brasil - São Paulo (1850-1889)
Guaraciaba Aparecida Tullio	O conceito de revolução e educação no pensamento de José Veríssimo
Jorge Uilson Clark	A imigração norte-americana para a região de Campinas: análise da educação liberal dentro do contexto histórico e educacional brasileiro
José Carlos Souza Araújo	A legislação escolar mineira e a idéia de educação nacional (1880-1930)
Lauriceres Borba Ferreira	A educação em Rio Largo: notas para compreender a importância da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos e a criação de instituições escolares (1888-1970)
Lúcia Teixeira Caetano	O ensino secundário em Alagoas: notas de uma pesquisa (1849- 1930)
Marcelo Barzola Tabraj	A romanização da igreja católica no Brasil

Marcília Rosa Periotto	A "espiral do progresso" e a felicidade da nação
Maria Cristina Gomes Machado	A biografia de Rui Barbosa: de olho na modernização das relações sociais
Maria Elisabeth Blanck Miguel	A legislação educacional paranaense e a história da educação (1821-1889)
Maria Helena Camara Bastos	A educação do caráter nacional: leituras de formação
Maria Inês Sucupira Stamatto	Entre a escrita e a oralidade: o voto e a escola (Brasil: 1875-1904)
Maria Terezinha Bellanda Galuch	O ensino de ciências: finalidades na escola pública do século XIX
Marta Sueli de Faria Sforzi	Escola pública e feminização docente: faces do mesmo projeto
Rosângela Aparecida Mello	Educação física no capitalismo
Sandino Hoff	A expansão da manufatura ervateira no planalto paranaense no século XIX e suas repercussões sociais e educacionais
Silvana Fernandes Lopes	A literatura como fonte histórica no estudo da educação feminina do Brasil no século XIX
Zélia Leonel	Do programa de pesquisa "A origem da escola pública ou da criação da escola de ensino obrigatório para as classes populares no século XIX"

Número de trabalhos apresentados: 119

Número de trabalhos voltados para Educação no Império: 26 (21,85 %)

1.3. Anais do V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"
- 20 a 24 de agosto de 2001. O caderno de resumos foi publicado na forma impressa.

Carla Villamaina Centeno	A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930)
Magda Sarat Oliveira	A educação de crianças no século XIX sob o olhar do estrangeiro
Maria Cristina dos Santos Bezerra	Imigração alemã para a cidade de Limeira
Ana Paula Seco	Educação no Brasil Império: Um olhar dos viajantes-educadores
Anilde Tombolato Tavares da Silva, Guaraciaba Aparecida Tullio	História, trabalho, educação: Da participação da mulher e da criança no trabalho fabril à feminização da prática escolar
Celina Midori Murasse	A educação para a ordem e o progresso do Brasil: O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)
Marcília Rosa Periotto	A espiral do progresso e a felicidade da nação: a instrução do povo para o advento do trabalho livre no Brasil de 1840 a 1850
Maria Cristina Gomes Machado	O projeto de Rui Barbosa: O papel da educação na modernização da sociedade
Regina Maria Monteiro	Educar e instruir (aspectos de um discurso sobre a construção da nação)
Elenita Conero Pastor Manchope	Congresso agrícola do Rio de Janeiro de 1878, educação e sociedade
João Carlos da Silva	O ideário pedagógico de Benjamin Constant
Simone Sartori Jabur, Guaraciaba Aparecida Tullio	História, evolucionismo e educação: o materialismo científico de Charles Darwin e Thomas H. Huxley
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro	A era das cadeiras isoladas na Paraíba (1849-1915)
Diane Valdez	"Lição, palmatória e tabuada: imagens da educação nas terras goyanas do século XVIII e XIX"
Maria Auxiliadora Cavazotti	A escola normal brasileira: uma leitura histórica de sua emergência
Maria do Perpetuo Socorro	Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão Pará: o

G. de S. A. de França	liceu paraense 1840-1889
Maria Inês Sucupira Stamatto	A carreira do professor primário (1882-1889)
Maria Luisa Furlan Costa, Silvína Rosa	Dos Inconfidentes a José Bonifácio: uma contribuição para a história da educação
Olinda Maria Noronha	História da educação brasileira: O desenvolvimento do pensamento científico no ensino superior no Brasil: Benjamin Constant e Fernando de Azevedo – dois momentos da “pedagogia da prosperidade”
Ariclê Vechia, Karl M. Lorenz	O currículo de 1855 do Colégio de Pedro II: ensino propedêutico versus ensino profissionalizante
Marta Vieira Cruz	A concepção de João Ribeiro à ciência da história
Mauricéia Ananias	Legislação escolar: uma reflexão de seu uso como fonte para história da educação (1834-1889)
Rosângela Aparecida Mello, Rosemary Coimbra Campos Sheen	As propostas para a educação física no contexto mais amplo da luta pela escola pública no século XIX

Número de trabalhos apresentados: 172

Número de trabalhos voltados para Educação no Império: 23 (13,37 %)

1.4. Anais do VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - 10 a 14 de novembro de 2003 (FIGUEREDO, 2003). O caderno de resumos foi publicado na forma impressa.

Marcília Rosa Periotto	Educação, imprensa, moral e religião: A educação das crianças na visão de Miguel do Sacramento Lopes da Gama, o padre carapuceiro
Alessandra Arce	A naturalização da infância e a pedagogia centrada na criança - uma análise do pensamento de Montessori e Claparède e de suas interfaces e filiações com o pensamento de Pestalozzi e Froebel para a educação infantil
Heloisa Toshie Irie Saito, Guaraciaba Aparecida Tullio	A teoria froebeliana e a educação infantil na defesa da escola brasileira
Maria Cristina Gomes Machado, Daniele Jaqueline Alves Ribeiro	Os congressos agrícolas de 1878 e o debate acerca da educação pública
Maria do Perpetuo Socorro G. de S. Avelino de França	O ensino de primeiras letras no Grão Pará: algumas referências históricas
Analete Regina Schelbauer	O método de ensino intuitivo nos debates educacionais na capital do Império: apropriações e entendimentos
Cláudia Engler Cury	Programas escolares e métodos de ensino na documentação sobre instrução pública na Parayba do Norte de 1835 a 1864
Lourdes Margareth Calvi, Maria Cristina Gomes Machado	As transformações sociais e a instrução pública: uma análise dos projetos de reforma educacional e dos relatórios ministeriais de 1868 a 1879 no Brasil
Marli Maria da Silva Quintanilha, Celina Midori Murasse	A escola da vida e a formação intelectual do Visconde de Mauá
Elizabeth Lonnes Bernardes	A escola normal e a feminização do magistério em Mato Grosso
Mario Ferreira de Castro	Educação e imprensa 1875-1889
Gilberto Luiz Alves	O ensino mútuo no Brasil e a organização do trabalho didático
Dr. Ademir Gebara	Século XIX, o público e o privado na educação brasileira
Elenita Conegero Pastor Manchope)	Educação e sociedade: um debate educacional no final do século XIX
Jorge Uilson Clark	A evolução histórica da instrução pública e privada na cidade de Campinas

Ana Maria Moura Lins	A formação do professor primário no Brasil-1823-1996: as aulas de ensino mútuo, a escola normal e os programas de capacitação a distância
Jorge Luis Commarano González, Wilson Sandano	A instrução pública em Sorocaba - 1850/1860
Mauricéia Ananias	A instrução pública primária na província de São Paulo: lei n. 310 de 16 de março de 1846. Primeiros apontamentos
Celina Midori Murasse, Ademir Quintílio Lazarini, Elaine Albanês de Mello	A pedagogia revolucionária de Frei Caneca (1779-1825)
João Carlos da Silva	Positivismo e reforma educacional no pensamento de Benjamin Constant

Número de trabalhos apresentados: 148

Número de trabalhos voltados para Educação no Império: 20 (14,19 %)

ANEXO 2

JORNADAS DO HISTEDBR - SELEÇÃO DE TRABALHOS RELATIVOS À EDUCAÇÃO NO IMPÉRIO

1.1 Anais da I Jornada do HISTEDBR (Região Nordeste), realizada no período de 09 a 12 de julho de 2002, Organizadores: Lombardi e Saviani. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2003. com o tema "História da Escola Pública no Brasil", foi realizada no período de 09 a 12 de julho de 2002, em Salvador, Bahia. Os trabalhos foram publicados na forma de CDrom.

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas	As aulas públicas para meninas em Sergipe e os registros imperiais
Mauricéia Ananias	Uma contribuição para a construção da escola pública no Brasil: as escolas destinadas aos pobres (1860-1889)
Miguel André Gerger	A instrução pública em Sergipe e seu ingresso na era da modernidade
Nilson Thomé	A educação escolar na região do Contestado até o tempo da Guerra do Contestado
Sérgio Eduardo Montes Castanho	A educação escolar pública e a formação de professores no Império Brasileiro

Número de trabalhos apresentados: 36

Número de trabalhos voltados para Educação no Império: 5 (13,89 %)

1.2. Anais da II Jornada do HISTEDBR (Região Sul), realizado de 8 a 11 de outubro de 2002. Organizadores: Lombardi e Saviani. Tema: "A Produção em História da Educação na Região Sul do Brasil". Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2003.

Olinda Maria Noronha	Da avaliação escolar à avaliação pelo mercado – sentidos históricos e reflexões para a prática
Cleusi Teresinha Bobato Stadler	Imbituva – uma cidade dos Campos Gerais
Maria do Perpetuo Socorro Gomes de S. Avelino de França	Jose Veríssimo e o colégio americano: 1884 – 1890
Ariclê Vechia	O ensino secundário/ profissionalizante em Curitiba: 1870-1889
Isabel Cristina Rossi Mattos	Sud Mennucci e a "Crise brasileira da educação
Fátima Maria Neves	A escolarização como instrumento de civilização: a modernidade do projeto educacional brasileiro
André Paulo Castanha	O Ato Adicional: um diálogo com a historiografia
Lourdes Margareth Calvi, Maria Cristina Gomes Machado	Paulino de Souza: a instrução pública como elemento moralizador

Celina Midori Murasse, Ademir Quintílio Lazarini	A construção do estado e da educação na perspectiva de Zacarias de Góis e Vasconcelos
Celina Midori Murasse, Marli Maria silva Quintanilha	A formação intelectual de Irineu Evangelista de Souza
Inajá da Silva dos Remédios, Maria Elizabeth Blank Miguel	Coletânea de relatórios da instrução pública na província do Paraná, no período de 1854 a 1889
Magda Sarat	História da educação de crianças brasileiras: a perspectiva do estrangeiro na literatura de viagem do século XIX
Mauricéia Ananias	História e historiografia da educação. Legislação escolar (1834-1889): Primeiros apontamentos
Ana Paula Seco	Livros de viagens como fonte para a História da Educação: As contribuições dos viajantes britânicos

Número de trabalhos apresentados: 130

Número de trabalhos voltados para Educação no Império: 14 (10,77 %)

1.3. Anais da III Jornada do HISTEDBR (Região Sudeste), realizado de 22 a 25 de abril de 2003. Organizadores: Lombardi e Saviani. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2003.

Tema: “o Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas”.

Ana Carrilho Romero Grunennvaldt e José Tarcisio Grunennvaldt	A educação nacional e a educação física: uma questão na obra de José Veríssimo
Isabel Cristina Rossi Mattos	Cem anos de Instituição Pública (1822-1922) – um balanço do educador Sud Mennucci
Maria Cristina Gomes Machado	“Uma reflexão sobre o surgimento das instituições escolares no Brasil no século XIX.” Binzer e Pires de Almeida
Ana Maria B. de Mendonça Chaves	Políticas Públicas: Legislação, Matrículas, Freqüências e Gastos na Instituição Pública Primária na Província de Minas Gerais (1870-1889)

Número de trabalhos apresentados: 66

Número de trabalhos voltados para Educação no Império: 4 (6,06 %)

1.4 Caderno de Resumos da IV Jornada do HISTEDBR, realizado de 5 a 7 de julho de 2004. Tema: “História e Historiografia da Educação: abordagens e práticas educativas” (MACHADO; SCHELBAUER, 2004)

Alessandra Arce	A naturalização da infância e a pedagogia centrada na criança - uma análise do pensamento de Montessori e Claparède e de suas interfaces e filiações com o pensamento de Pestalozzi e Froebel para a educação infantil
Aline Bordini Biondo, Marcília Rosa Periotto	Moral, religião e educação: a proposta educacional de Miguel do Sacramento Lopes da Gama no jornal <i>O Carapuceiro</i>
Ana Lúcia Guidotti de Freitas Borghi	Primeiras formas de controle do estado sobre o ensino superior no Brasil (1808-1889)
Anaete Regina Schelbauer	O método intuitivo nos relatórios dos professores públicos de primeiras letras da província de São Paulo (1870-1889)
André P. Castanha	Instrução pública elementar no século XIX: uma análise dos manuais didáticos de história da educação
Ângela Mara de Barros Lara, Maria Angélica Olivo Francisco Lucas, Maria Cristina Gomes Machado	A proposta de Rui Barbosa para os jardins de infância no Brasil
Carlos Herold Junior	Análise histórica da educação física no pensamento educacional moderno
Daniele Jaqueline Alves Ribeiro, Maria Cristina Gomes Machado	A visão de Couty sobre a sociedade brasileira no século XIX: um recorte a partir da questão educacional
Elaine Albanes de Mello, Celina Midori Murasse, Ademir Quintílio Lazarini	A pedagogia revolucionária no limiar do século XIX: Frei Caneca (1779-1825)
Eliana Vieira dos Santos, Marcília Rosa	A instrução das meninas na imprensa pernambucana: a visão

Periotto	educacional de Miguel do Sacramento Lopes da Gama, o padre carapuceiro
Fátima Maria Neves	A trajetória do método lancasteriano da Inglaterra ao Brasil
Fernanda Regina Cinque, Marcília Rosa Periotto	Educar para a nação: escravidão e desenvolvimento do Brasil no pensamento de Hipólito José da Costa
Gilberto Luiz Alves	Aulas régias em Mato Grosso: o discurso da historiografia regional (Os historiadores diletantes)
Heloisa Toshie Irie Saito, Guaraciaba Aparecida Tullio	A criação e o papel dos dons na teoria froebeliana
Jose Carlos Winkler	A institucionalização da educação física nos Campos Gerais
Juliana Bottos, Marcília Rosa Periotto	O jornal de Tímon e a correção dos costumes: a moral como sustentáculo da política no pensamento de João Francisco Lisboa
Lourdes Margareth Calvi, Maria Cristina Gomes Machado	O Decreto de Leôncio de Carvalho: da intenção para a efetivação
Lucélia Mendes dos Santos, Guaraciaba Aparecida Tullio	A educação republicana: Jose Veríssimo
Manoel Isau	Primeiro manual para o ensino normal dos fins de século XIX
Marcília Rosa Periotto	O papel da imprensa no processo de construção da nação: “A vocação pedagógica” do <i>Correio Braziliense</i>
Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo	A disciplina de história no Império brasileiro
Maria Terezinha Bellanda Galuch	Sobre as finalidades das disciplinas escolares: o ensino de ciências na escola pública do século XIX
Marilete Zampieron, Celina Midori Murasse	A educação pública no processo de construção do Estado moderno: Brasil e Japão, 1868-1878 – Primeiras Aproximações
Marli Maria Silva Quintanilha, Celina Midori Murasse	A educação de D. Pedro II, Imperador do Brasil
Marli Maria Silva Quintanilha, Celina Midori Murasse	A vertente socialista na educação de Mauá
Mauricéia Ananias	A legislação sobre a instrução pública primária na Província de São Paulo: O seu processo de elaboração nos Anais da Assembléia Legislativa. 1847-1851
Olinda Maria Noronha	A renovação conservadora do campo educacional pós-colonial e sua expressão nos manuais de ensino: Algumas considerações preliminares sobre a “Pedagogia e Methodologia” de Pe. Camillo Passalacqua (1887)
Sheila Maria Rosin	As “idéias psicológicas” sobre os melhores métodos de ensino – Província do Paraná (1854-1889)
Silvia Eliane de Oliveira Basso Sezinando Luiz Menezes	A influência da escola alemã na proposta de reforma de ensino de Leôncio de Carvalho (1879)
Simone da Silva Negri	A influência das idéias positivas no Brasil
Sonia Maria Vieira Negrão	O Ateneu: a organização do trabalho escolar
Terezinha Oliveira Claudinei Magno Magre Mendes	Liberalismo e educação em João Rodrigues de Brito
Vanessa Melo do Nascimento Maria Elisabeth Blanck Miguel	Coletânea de relatórios da instrução pública na Província do Paraná, no período de 1854 a 1889
Viviane Ribeiro Geraldo Inácio Filho	Os colégios protestantes brasileiros e a pedagogia moderna norte-americana: do método intuitivo à Escola Nova, 1870-1906

Número de trabalhos apresentados: 219

Número de trabalhos voltados para Educação no Império: 34 (15,5 %)